



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidade.

Sub-Eixo: Ênfase em Raça e Etnia.

DESVENDANDO CICATRIZES: MULHERES NEGRAS E A BUSCA POR EMANCIPAÇÃO POLÍTICA

Marcia Campos Eurico¹
Verônica Pereira de Souza²
Letícia Fernandes Carioca³

Resumo: O artigo explicita reflexões aguçadas a partir da leitura de autores que realizam a crítica ao conceito de democracia racial; trata-se de um esforço de sistematização do conhecimento adquirido na condição de alunas discentes da graduação em Serviço Social e de como o mito da democracia racial permeia o exercício profissional dos assistentes sociais e impacta na formação discente.

Palavras-chave: Relações Raciais; Democracia Racial; Formação Profissional.

Abstract: The article explains sharp reflections based on the reading of authors who criticize the concept of racial democracy, this is an effort to systematized the knowledge acquired in the condition of students who graduated in Social services and how the myth of racial democracy permeates the professional exercise of social workers and impacts on student education.

Keywords: racial relations; Racial Democracy; Professional Qualification.

INTRODUÇÃO

No presente artigo, você leitor (a) encontrará nossas indagações e reflexões que foram aguçadas a partir da leitura de autores que realizam a crítica ao conceito de democracia racial; trata-se de um esforço de sistematização do conhecimento adquirido na condição de alunas discentes da graduação em Serviço Social.

De acordo com Guimarães (2007), a origem e utilização do termo “democracia racial” remete à ideia de paraíso racial, de um espelho racial que precisaria ser seguido e respeitado em cenário nacional e mundial, ou seja, para onde o nome da nação apontasse seria refletida a crença de que nós em nossas práticas cotidianas não éramos disseminadores de discriminação racial. O Brasil, entretanto, demonstra no curso da história indícios conflitantes com a reputação desejada e quando observamos práticas que impedem

¹ Professor com formação em Serviço Social, Faculdade Paulista de Serviço Social, E-mail: marciamayza08@gmail.com.

² Estudante de Graduação, Faculdade Paulista de Serviço Social, E-mail: marciamayza08@gmail.com.

³ Estudante de Graduação, Faculdade Paulista de Serviço Social, E-mail: marciamayza08@gmail.com.

os afro-brasileiros de ascender socialmente na maioria dos espaços; percebemos que falta muito para concretizar a ideia de democracia racial.

A necessidade de analisar de maneira aprofundada como o racismo se estrutura na sociedade brasileira e a importância do debate para a formação profissional deu origem ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Relações Étnico-Raciais e a implantação da disciplina obrigatória de Relações Étnico-Raciais no curso de graduação em Serviço Social na instituição onde curso a graduação. Tais reflexões desencadearam a elaboração deste artigo onde nos propomos a analisar de que maneira o mito da democracia racial permeia o exercício profissional dos assistentes sociais e impacta na formação discente.

A realidade brasileira a partir de sua história revela indícios suficientes de que democracia racial é uma falácia; esta distorção da realidade tem raízes em uma concepção equivocada de relações sociais, onde a desigualdade entre os grupos humanos é apreendida como natural. Naturalização importada do pensamento ocidental europeu, cuja visão hegemônica de homem e de mundo influencia o modo de ser e de se relacionar dos brasileiros (as).

Por muito tempo, não se discutiu criticamente o racismo no Brasil, mas este está presente nas piadas, na erotização dos corpos negros, na valorização de padrões de beleza branco/europeu, na criminalização das práticas religiosas dos grupos africanos e na inferiorização de diversos elementos culturais. A disseminação de termos como mestiço, moreno e mulato visa a negar a presença preta e tudo que ela representa.

Em relação às mulheres negras, é recorrente o desconhecimento acerca dos meandros do racismo, da discriminação no mercado de trabalho por motivos raciais, mas que se apresenta na aparência apenas como uma questão de meritocracia ou nas situações de solidão vivenciadas pelas mulheres negras. A ausência de debate acerca das relações raciais no Brasil, que marca a trajetória da população negra e que também nos atinge enquanto alunas do curso de Serviço Social, vem sendo modificada em uma instituição onde o debate sobre as relações raciais é transversal nos eixos da formação profissional.

Como vemos, a chamada "questão racial" não pode ser compreendida se a interpretarmos como uma questão meramente científica, cuja solução será encontrada pelos antropólogos entre as quatro paredes de um laboratório ou nas salas de congressos de especialistas. Pelo contrário. Devemos partir de uma posição crítica radical, através da reformulação política, da modificação dos pólos de poder, especialmente das áreas do chamado Terceiro Mundo. É uma situação que ficará sempre inconclusa se não a analisarmos como um dos componentes de um aparelho de dominação econômica, política e cultural. (MOURA, 1994, pág. 6)

Neste sentido, as atividades do núcleo ao longo do primeiro semestre de 2019 tiveram como documento norteador os "Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social" disponibilizado em dezembro de 2018 através da Executiva Nacional da ABEPSS:

A inclusão nos conteúdos de disciplinas e em atividades curriculares dos temas sobre Educação das Relações Étnico-Raciais e dos conhecimentos de matriz africana e/ou que dizem respeito à população negra é premente no processo de formação em Serviço Social (2018, pág. 20).

Quando explicitamos a importância da inserção do debate sobre questões étnico-raciais em toda e qualquer grade curricular, falamos da importância de cada vez mais romper com um sistema que tem por prática oprimir todos aqueles que não se adequam ao padrão; falamos de aos poucos, mesmo que lentamente, trazer mudanças, desconstruções e principalmente questionamentos acerca de falas e atitudes racistas naturalizadas na vida cotidiana, que tem desdobramentos na trajetória de vida de homens e mulheres negras de todas as faixas etárias.

Falar sobre esse assunto pressupõe tomar contato com uma série de aflições, dores e desilusões que historicamente vem sendo desqualificadas e contra as quais as (os) discentes não têm conhecimento teórico para refutar. A ampliação do debate abre caminho para se construir estratégias de intervenção na realidade que não se baseiam no senso comum, mas na rica produção teórica acerca do tema. A única forma de desnaturalizar o racismo no espaço da formação acadêmica é com o fomento do debate étnico-racial como elemento estruturante da sociabilidade brasileira.

2. REFLEXÃO ACERCA DO MITO DA DEMOCRACIA RACIAL

De acordo com Guimarães (2007), a extinção do regime de escravidão negra no Brasil e a busca por um país civilizado culminam com a construção de uma ideia de país moderno, onde as relações raciais são consideradas como modelo a ser seguido. Um exemplo de nação que, por não traçar linhagem de cor e não oficializar pós-abolição leis segregacionistas, deixa transparecer no cenário mundial ser um lugar democrático racialmente falando. O país é considerado avançado, pois não se prende à cor.

Contraditoriamente, no país os grupos que defendiam a hierarquização das raças se aprofundaram em estudos e pesquisas que apontavam a eugenia como caminho para a branquitude e a civilidade. O conceito de eugenia fortalece-se no início do século XX, pois se acreditava que os negros eram responsáveis pela existência de uma série de epidemias; dessa forma, para os intelectuais da época, a eugenia seria uma forma de realizar uma espécie de “higiene social”. Todo aquele que não se enquadrava no conceito de raça superior estabelecido era considerado um mal a ser combatido. Um dos principais objetivos da eugenia brasileira era o de combater a imigração negra e asiática para evitar novas misturas de raças no futuro, garantindo assim a conservação de características raciais e físicas consideradas boas.

Estudos apontam que, de acordo com os padrões da eugenia, o grande índice de mestiçagem brasileira tornava inviável a existência do Brasil enquanto nação. Essa corrente vê na miscigenação a saída para tornar a população mais clara, por acreditar que o gene da raça branca prevalece sobre as demais e que as pessoas em geral procurariam por parceiros mais claros do que elas, conforme Guimarães (2007).

Para Moura (1994), a miscigenação não foi apenas resultado de uma prazerosa confraternização de raças, teve sim uma terrível opressão de “homem pelo o homem”. Mas mesmo assim para a sociedade da época o mestiço era o mal menor, mas era melhor do que ser cem por cento negro.

Na década de 1940, estudos de sociólogos são publicados na mesma linha de pesquisa e de compreensão da realidade nacional. Nas décadas de 1950 e 1960, outros estudiosos surgem, mas ainda impera o discurso do “paraíso racial”. Nas décadas de 1970 e 1980, não foi realizado nenhum estudo de importância voltado para tratar sobre a identidade de brancos e negros, ou sobre o lugar do negro na sociedade, ou sobre a importância das etnias existentes no Brasil para a composição da construção da nossa nação.

Fernandes (2005) dizia que o ideal da miscigenação era tido como um mecanismo mais ou menos eficaz de absorção do mestiço. O essencial, no funcionamento desses mecanismos, não era nem a ascensão social de certa porção de negros e de mulatos, nem a igualdade racial, mas, ao contrário, a hegemonia da raça dominante.

Para Guimarães (2007), democracia racial, que era um termo usado no início por acadêmicos, nasce para representar o conjunto de ideias de Gilberto Freyre, que negava a existência de preconceito racial no Brasil. Nos anos que se seguem, “democracia racial” deixa de ser entendida como um fato e passa a ser pensada como um ideal de sociedade no Brasil. Somente no início da Ditadura Militar é que essas duas noções são contestadas e a “democracia racial” ganha a fórmula de “mito da democracia racial”, idealizada por Florestan Fernandes e mais tarde chamada de ilusão por Abdias do Nascimento. A partir deste momento, o movimento negro empenha-se em denunciar o “mito da democracia racial” e rebater a ideia de Brasil enquanto um “paraíso racial”. Os intelectuais, por sua vez, começam a pensar o mito como chave para o entendimento da formação do Brasil e das relações aqui forjadas.

a discriminação não é pessoal nem individual, mas é uma discriminação realmente institucionalizada na sociedade brasileira. Ou seja, a desigualdade apontada pelos dados ela não só mostra uma linha de cor, mas mostra que ela se reproduz com o tempo, e o pior: ela se reproduz de uma maneira ampliada. As desigualdades raciais no Brasil não cessam de aumentar. É mais do que uma permanência, é mais do que um legado, elas aumentam. (GUIMARÃES, 2007, pág. 5)

O racismo expressa-se nos dados referentes, por exemplo, ao homicídio à medida que, de cada 100 pessoas vítimas de homicídio no Brasil, 71 são negras, informa o Atlas da

Violência de 2017, estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) junto com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. De acordo com o mesmo órgão, em 2015, dos quase 10 milhões de desempregados acima dos 16 anos, cerca de 2,7 milhões eram homens negros e 3,1 milhões eram mulheres negras, totalizando quase 6 milhões.

O mercado de trabalho também expõe suas diferenças. De acordo com o Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, produzido pelo IPEA, em 2015 a taxa de desocupação de mulheres negras era de 13,3% e a dos homens negros, 8,5%. Isso acaba sendo reflexo também da falta acesso à educação. A discriminação histórica e a baixa escolaridade são fatores determinantes na desvantagem de negros e pardos em relação aos brancos. Segundo pesquisas do IBGE, os brancos que têm mais acesso à escola encontram melhores vagas no mercado de trabalho e chegam a ganhar o dobro que os negros e pardos: cerca de R\$ 1.096,00 mensais em média, contra R\$ 535,00.

Pesquisas apontam ainda que, entre 1995 e 2015, a população adulta branca, com 12 anos ou mais de estudo, duplicou de 12,5% para 25,9%. No mesmo período, a população negra com a mesma escolaridade passa de 3,3% para 12%. Apesar do aumento, a disparidade ainda é grande, porque é importante lembrar que, no Brasil, 54% da população se autodeclara preta ou parda (que somada é a população negra). Com esse preconceito instalado, a perspectiva de uma criança ou adolescente continuar os estudos fica cada vez mais difícil, pois perpetuar o status é uma forma de manter o privilégio que essa classe tem. Sendo assim, com um quadro de vida nesta situação, as pessoas não deveriam ser culpabilizadas com sua ligação à pobreza, todavia na sociedade não se busca a causa e sim o julgamento, e o preconceito que é “perverso”. O status educacional também revela divisões políticas e sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O racismo moderno estrutura-se a partir da necessidade de acumulação de riquezas com a máxima exploração da mão de obra da classe trabalhadora, cuja parcela negra é atingida pelos maiores índices de exploração, dominação e opressão; mudam-se as formas de manifestação, no entanto ele não deixa de existir.

A democracia racial é uma utopia, um horizonte a ser perseguido, mas que só tem condições de se realizar em outra sociedade, pois depende da superação de outras formas de opressão, como de gênero, de orientação sexual, de lugar de nascimento, etc.

No caso do Brasil, esse comportamento está estruturado desde sempre, construído e produzido por uma parcela branca da sociedade, validado pela própria população negra, que no processo de alienação perde a dimensão do quanto sua condição de vida é

decorrente desta hierarquia racial, e por grupos que trabalham para objetivar o branqueamento tanto físico quanto ideológico.

O Brasil é um país racista, quem acredita que vivemos em um paraíso racial está equivocado. O racismo nacional é “maquiado”, resultado de uma miscigenação histórica, que criou um leque de tons de pele, misturou culturas, mas que no limite não valorizou e não valoriza os povos africanos que contribuíram para o surgimento desta nação. O preconceito racial no país existe e segue firme e forte, expresso nas estatísticas de desemprego, homicídios, falta de acesso à educação, criminalidade, diferenças de salários e oportunidades etc.

A superação do racismo é responsabilidade de cada um de nós; não podemos continuar aceitando brincadeiras ofensivas e situações vexatórias na vida cotidiana e no ambiente acadêmico; devemos questionar justificativas racistas para a persistência das desigualdades entre os grupos humanos, para criminalização e culpabilização da população pobre, preta e periférica. O que se há de combater é a pobreza estruturante e estrutural, ao invés da reprodução da meritocracia como caminho para superação da condição de miserabilidade, onde individualmente se localiza a competência ou incompetência para a transformação da realidade.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Subsídios Para o Debate Sobre a Questão Étnico-Racial na Formação em Serviço Social**. Vitória - ES: Gestão da ABEPSS 2017-2018 “Quem é de luta resiste”, 2018. p. 10 a 21.

EURICO, Marcia, Campos. **A percepção do assistente social acerca do racismo institucional**. Serviço Social e Sociedade. 2013, n.114, pp.290-310.

FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala, 50ª edição. Global Editora. 2005.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. no 2001, n. 61, p. 147-162, 2001.

_____. Raça e pobreza no Brasil - a rationale dos estudos de desigualdade racial. In: BATISTA, Luís Eduardo. **Saúde da população negra no Estado de São Paulo**. São Paulo, CVE, maio 2007. p.3-12.. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/9829489-Raca-e-pobreza-no-brasil-a-rationale-dos-estudos-de-desigualdade-racial.html>> Acesso em: 14 jun.2019.

MOURA, Clóvis. O racismo como arma ideológica de dominação. In: **Revista Princípios**, São Paulo, n. 34, agosto a outubro de 1994, p. 28-38.

_____. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo, Ática, 1988.

ROCHA, Roseli da Fonseca. A questão étnico-racial no processo de formação em Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, n.99, set. São Paulo: Cortez, 2009.